

v.5, n.10, outubro 2010

Mudanças no Consumo de Alimentos da População Pobre Paulista¹

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou recentemente a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 que, além de ser utilizada para atualizar a estrutura de ponderação dos índices de preços publicados mensalmente pelo órgão, possibilita analisar as mudanças nos hábitos de consumo das famílias brasileiras².

Os resultados da pesquisa mostram que, em 15 de janeiro de 2009, a despesa média mensal familiar com alimentação totalizou R\$421,72, valor correspondente a 16,1% das despesas totais e 19,8% das despesas de consumo da população brasileira³.

As famílias mais pobres são as que proporcionalmente mais despendem recursos com alimentação e, por consequência, são também as mais vulneráveis às mudanças nos preços dos alimentos. As estimativas do IBGE mostram que mais de 20% das famílias brasileiras vivem com renda de até dois salários-mínimos (R\$830,00 em jan./2009), sendo que os gastos com alimentos correspondem a 27,8% de suas despesas totais.

São Paulo é o Estado mais desenvolvido da federação. A despeito disso, a proporção das famílias que vivem com até dois salários-mínimos de renda não é desprezível: mais de um milhão de famílias ou 8,1% do total. Essa parcela mais pobre da população paulista despende, em média, R\$190,41 com alimentação, equivalentes a 22,7% de suas despesas totais observadas em janeiro de 2009.

A maior parte das despesas com alimentação (74,0%) é realizada no domicílio, e é a partir destas que se pretende tecer alguns comentários sobre as mudanças nos hábitos de consumo da população pobre paulista. A ideia é confrontar as despesas realizadas no domicílio das famílias com até dois salários-mínimos de renda entre a POF 2002-2003 e a POF 2008-2009⁴.

Uma primeira observação é que o tradicional feijão com arroz perdeu importância relativa nos gastos com alimentação. Essa mudança se deveu principalmente ao arroz que, na POF 2002-2003, era o item mais importante no consumo alimentar dos que têm renda mensal familiar até dois salários-mínimos. De primeiro colocado, com 10,4% das despesas com alimentos realizadas no domicílio, o arroz caiu para o sétimo lugar na POF 2008-2009, reduzindo sua participação nas despesas para 5,5% (Tabela 1).

Tabela 1 - Principais Componentes da Alimentação da População com Renda Mensal até Dois Salários-mínimos, Estado de São Paulo, 2002-2003 e 2008-2009 (em %)

Item	2002-2003			2008-2009		
	Ordem	Simples	Acum.	Ordem	Simples	Acum.
Carne bovina	2	8.3	8.3	1	11.7	11.7
Agregados	19	1.7	10.1	2	10.5	22.2
Leite	4	5.8	15.9	3	8.2	30.4
Carne de frango	7	5.0	20.9	4	6.7	37.1
Embutidos e carnes industrializadas	11	3.0	23.9	5	6.5	43.6
Pão francês	6	5.2	29.1	6	5.6	49.2
Arroz	1	10.4	39.5	7	5.5	54.7
Café	8	3.7	43.2	8	3.0	57.7
Feijão	10	3.6	46.8	9	2.9	60.6
Refrigerante	21	1.6	48.4	10	2.7	63.3
Óleo e azeite	5	5.8	54.2	11	2.7	66.0
Sal e condimentos	9	3.6	57.8	12	2.7	68.7
Comida para viagem	15	2.0	59.8	13	2.5	71.2
Carne suína	12	2.5	62.3	14	2.0	73.2
Açúcar e adoçante	3	6.7	68.9	15	1.8	75.0

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares**: 2002-2003: Primeiros resultados: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 276 p.

O feijão, embora tenha se mantido em nono lugar na classificação, teve sua importância relativa reduzida de 3,6% para 2,9% das despesas com alimentação no domicílio entre 2002-2003 e 2008-2009. Assim, o feijão com arroz, combinação celebrada pelos nutricionistas como muito saudável, e que correspondia a 14,0% das despesas com alimentação dos paulistas com menor nível de renda, em seis anos reduziu sua participação nos gastos para 8,4%⁵.

O crescimento do consumo de refrigerantes é outro fator que indica queda na qualidade da alimentação do ponto de vista nutricional. De 21° no ranking na POF 2002-2003, com 1,6% das despesas com alimentação no domicílio, evoluiu para 2,7% na última POF, passando a ocupar o 10° lugar.

Essas perdas em qualidade nutricional podem ter sido compensadas pelo crescimento do consumo de proteína animal e, nesse aspecto, a carne bovina é o destaque. Esse item, que ocupava o segundo lugar pela ordem de importância nessas despesas (8,3% das despesas com alimentação) em 2002-2003, passou ao primeiro lugar nas estatísticas em 2008-2009 (11,8% das despesas com alimentação).

Aliás, as carnes, de um modo geral, passaram a estar muito mais frequentes na mesa dos pobres. Entre os 15 produtos mais relevantes na despesa dessa população, carne de frango é o 4° produto (6,7%), embutidos e carnes industrializadas ocupam 5° lugar (6,5%) e carne suína o 13° $(2,0\%)^{6}$. A inclusão de peixes e outras carnes eleva a participa-

ção delas nas despesas de 20,3% para 28,7%, entre as duas POFs.

Depois da carne bovina, em segundo lugar aparece o item agregados, com participação de 10,5% em 2008-2009. Como esse item inclui a cesta básica, poderia parecer que o consumo de arroz e feijão está subestimado. No entanto, como as duas POFs englobam a cesta básica no grupo agregados e sua participação no grupo caiu de 69,3% para 36,2% no período, é de se supor que a redução da parcela das despesas com arroz e feijão para os mais pobres seja ainda mais acentuada.

Os agregados da POF 2002-2003 incluem, além da cesta básica, sacolão, frutas e verduras. Na POF 2008-2009, constam esses itens e também carnes mistas, bebidas, frios, alimentos em geral e feirinha. A análise desses números desagregados permite observar que a participação das carnes nas despesas das famílias pobres é ainda maior, uma vez que carnes mistas e frios corresponderam a 1% das despesas com alimentação no domicílio. A soma desse percentual aos números mencionados acima resulta que o consumo total de carnes corresponde a 29,7% das despesas das famílias mais pobres do Estado de São Paulo⁷.

Essas mudanças na composição das despesas poderiam ser explicadas pela variação dos preços ou da renda. Decidiu-se então comparar a evolução da renda real das famílias mais pobres com a evolução dos preços reais do arroz, feijão, carne bovina e frango limpo no varejo⁸. O INPC, que mede a inflação para famílias de renda entre um e seis salários-mínimos, foi utilizado como deflator do próprio salário-mínimo, aqui empregado como *proxy* da renda das famílias mais pobres, bem como dos preços mensais no varejo no município de São Paulo dos produtos acima mencionados (Figura 1).

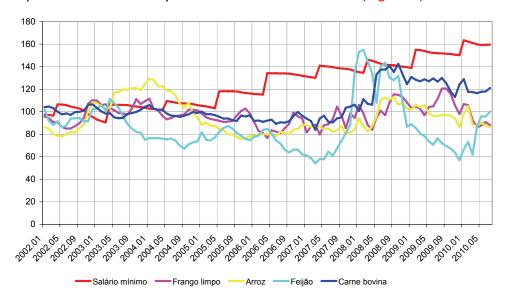


Figura 1 - Evolução do Salário-mínimo e dos Preços de Frango, Arroz, Feijão e Carne Bovina no Varejo, Município de São Paulo, Jan./2002 a Jul./2010¹ (média de jul./2002 a jun./2003 = 100)

¹Valor real deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

Fonte: INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA. Banco de dados. São Paulo: IEA, 2010. Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>. Acesso em: 2 out. 2010.

Tomando por base a média de julho de 2002 a junho de 2003, quando foi realizado o levantamento da POF 2002-2003, e comparando à média de maio de 2008 a maio de 2009, ocasião do levantamento seguinte, observa-se que o salário-mínimo nacional teve crescimento real de 45,1%.

Dos produtos analisados, nenhum deles superou o crescimento do salário-mínimo. O aumento mais significativo foi da carne bovina (32,8%) e o menos expressivo, o da carne de frango (4,9%). Arroz e feijão tiveram variação real de preço de 5,9% e 6,5%, respectivamente.

A observação desses números não parece indicar que variações reais de preço justifiquem as grandes mudanças no consumo, porque todos eles cresceram menos do que a renda. Há ainda que se considerar a volatilidade das séries, tão característica dos preços agrícolas. Nesse aspecto, não se observou grande distinção entre carne bovina e arroz no período analisado: os coeficientes de variação estimados foram de 13,5% e 15,2%, respectivamente. O produto com maior variabilidade de preços foi o feijão, com coeficiente de variação de 25,5%, enquanto carne de frango foi o que menos variou (9,8%).

Como o salário-mínimo evoluiu de forma consistente ao longo do tempo, o mais provável é que a mudança na composição da alimentação da população pobre se deva principalmente ao aumento da renda, refletida no aumento real do salário-mínimo de 45,1% entre os momentos em que ocorreram os levantamentos das POFs⁹.

¹As famílias que recebem até dois salários-mínimos por mês foram classificadas como pobres. Embora o Estado de São Paulo tenha salário-mínimo diferenciado do nacional, os cálculos do IBGE consideram este último. Assim, em janeiro de 2009 foram classificados como pobres as famílias com renda mensal até R\$830,00.

²O IBGE é responsável pela produção do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), atual indicador oficial de inflação no Brasil. Ele mede a inflação das famílias com renda mensal entre 1 e 40 salários-mínimos. Produz também o INPC, referente à inflação das famílias com renda mensal entre 1 e 6 salários-mínimos. As pesquisas de orçamentos familiares do IBGE tiveram início em 1987. A POF 2008-2009 é a quarta pesquisa realizada. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Banco de metadados estatísticos. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2010 (Relatório de Processo). Disponível em: http://www.metadados.ibge.gov.br/principalRelatorioPesquisa.aspx?codPesq=OF. Acesso em: 22 set. 2010.

³As estatísticas apresentadas a seguir se referem à POF de 2008-2009, cujos valores foram ajustados para 15 de janeiro de 2009. Ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares:** 2008 - 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 30 jun. 2010. 224p.

⁴As estatísticas analisadas foram retiradas dos microdados das POFs 2002-2003 e 2008-2009. Ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares**: 2002-2003: Primeiros resultados: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 276 p. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002/pof2002.pdf>. Acesso em: 22 set. 2010.

⁵É interessante observar que a combinação feijão com arroz tem participação muito mais elevada na mesa do brasileiro que no Estado de São Paulo. Além disso, a tendência de redução do consumo da população brasileira é menor. Para o conjunto da população paulista (média de todas as faixas de renda), a participação desses produtos era de 7,8% na POF 2002-2003 e passou para 5,3% na POF 2008-2009, enquanto no Brasil a dupla correspondia a 22,2% e caiu para 21,4% entre as duas POFs.

⁶Na POF 2002-2003, carne de frango estava em 7º lugar e embutidos e carnes industrializadas em 10º. Somente a carne suína perdeu posição: passou de 11º para 13º no ranking dos produtos com maior participação nas despesas com alimentação.

⁷A participação das carnes na despesa de alimentação da população paulista total aumentou de 21,8% para 25,0% entre 2002-2003 e 2008-2009.

⁸Os dados de preços no varejo têm por fonte: INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA. **Banco de dados.** São Paulo: IEA, 2010. Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php. Acesso em: 10 out. 2010. Até dezembro de 2006, as estatísticas informam preço médio da carne bovina. A partir de janeiro de 2007, a carne bovina é apresentada por cortes. Para encadear as séries foi utilizado o INPC.

⁹Entre janeiro de 2002 e julho de 2010, e tendo o INPC por deflator, o salário-mínimo teve crescimento real de 63,8%.

Palavras-chave: segurança alimentar, preços agrícolas, pobreza, POF.

Maria Auxiliadora de Carvalho Pesquisadora do IEA macarvalho@iea.sp.gov.br

César Roberto Leite da Silva Pesquisador do IEA crlsilva@iea.sp.gov.br

Liberado para publicação em: 25/10/2010